



## COMUNICADO

CPR - Armada  
ANS

Nº: 01/2004  
Data: 12FEV04

### O SENTIDO DA RESPONSABILIDADE NÃO PODE CALAR A DENÚNCIA DA PREPOTÊNCIA

Nos dias actuais, em que tanto se fala em cultura organizacional, em integração e valorização do factor humano, em mais e melhor formação nos locais de trabalho, em que na Armada, com realce para os Anais do CMN, se discutem os recursos humanos (RH) numa óptica de valorização dos homens, em que se discutem as lideranças e os perfis dos líderes, vem a prática nua, e desta vez cruel, mostrar que, afinal, toda a discussão não passará em muitos casos de palavras vãs ao vento.

Factos recentes, cujo desenvolvimento ainda hoje se continua a agudizar na Armada, com epicentro na Fragata Hermenegildo Capelo, foram desde o momento do conhecimento por parte da ANS, objecto de cuidada e meticulosa observação por parte dos seus Órgãos Sociais. O tratamento que o evoluir da situação nos aconselhou, cingiu-se a um acompanhamento permanente dos acontecimentos que se iam desenrolando numa forma preocupante e incompreensível.

Sugere-nos o nosso código de conduta que não é ainda o momento, nem certo, nem desejável para a difusão pormenorizada do acontecido. Mas não podemos deixar de levantar irremediavelmente uma ponta mínima do véu deste absurdo, para que se possa entender a gravidade do sucedido.

Basicamente, uma incompreensível acção do Comando daquela Fragata, como resposta a uma solicitação de desembarque numa Praça da Guarnição por motivo de falecimento dum seu familiar próximo, provocou, e nem sequer interessa aqui analisar, de que modo, a solidariedade em bloco dos Sargentos e Praças daquela Guarnição.

A ocorrência de factos deste tipo, que revelam sinais preocupantes de prepotência injustificada, elevam a nossa preocupação uma vez que, infelizmente, começam a proliferar neste ramo das Forças Armadas.

Algumas pessoas, embora incompreensivelmente, podem ser levadas a considerar que sendo este um problema com uma praça os sargentos não deveriam ter assumido nenhuma posição.

Nada de mais errado, por dois motivos: **primeiro** - porque as pessoas que assim pensam partem do pressuposto errado de que alguém teria decidido colectivamente sobre o que fazer, o que não sucedeu; **segundo** - porque a solidariedade espontânea como a que se gerou motivada pela prepotência nunca tem em conta os postos mas as pessoas, os seres humanos no que em si há de mais puro e nobre.

Qualquer tentativa de fazer incidir sobre este acto de solidariedade uma carga disciplinar ou de juízo de valor á luz do RDM, é a mais perfeita e ignóbil manobra, tendo em atenção a total insensibilidade demonstrada pelo Comando daquele navio ao recusar um acto de solidariedade humana e de, esse sim, puro exercício da arte e engenho de bem comandar. Ter o despudor de esgrimir o Artº 4º do RDM - dos deveres dos militares - esquecendo, omitindo ou mesmo ignorando o Artº 2º do mesmo regulamento - dos deveres do chefe - é o mais inqualificável exercício de injustiça, prepotência e mesmo indisciplina, sobre o qual nos escusamos de tecer mais comentários, para sermos rigorosos connosco próprios e os nossos princípios.

A ANS, que durante todo o processo manteve uma atitude responsável, serena, discreta mas permanentemente atenta, fez uso de todos os canais institucionais á sua disposição, para, de uma forma o mais informal e recatada possível, manter os mais altos responsáveis da Armada e não só, ao corrente da gravidade da situação que se ia adivinhando. O cuidado extremo para não deixar sair dos limites da instituição a vergonha da atitude tomada, primeiro para com o visado e posteriormente para com os elementos da guarnição de Sargentos e Praças que foram sendo sucessivamente confrontados com pressões inadmissíveis, ameaças e mesmo manobras intimidatórias, não mereceu dos responsáveis a devida precaução e sensatez que pudesse pôr cobro a uma equívoco que nunca deveria ter existido. Só a dignidade e o elevado sentido da responsabilidade da ANS e dos militares envolvidos, que afinal parece não valer tanto assim, aos olhos de quem comanda, permitiu salvaguardar o transbordo para a praça pública e para a comunicação social, da gravidade dos factos.

No momento em que já começaram a ser exercidas retaliações para com elementos da Guarnição, com o destacamento de dois Sargentos e uma Praça, contra os quais foi igualmente instaurado um Processo Disciplinar, cuja matéria de facto constitui uma mera manobra de retaliação pela incapacidade de culpar seja quem for, a ANS não pode mais deixar de denunciar os acontecimentos, ainda que numa forma pudica e contida, mostrando assim a inegável solidariedade a estes homens que personificam o ónus de serem verticais perante certas incompetências que ainda vão vencendo na nossa já tão mal tratada instituição.

No plano jurídico-legal, a ANS prestará a estes militares todo o apoio necessário à sua defesa e no plano associativo não regatearemos esforços e gestos que lhes mostrem que a solidariedade não é uma palavra vã!

Por último, uma palavra a quem se sentir responsável e a quem tenha o discernimento de ver para além da disciplina por encomenda, exortando-os a iluminar os menos capacitados para lidarem com esta coisa responsável que são as pessoas e a chamar à razão aqueles que ignoram o respeito devido a todos os seus subordinados, como condição imprescindível ao acto de comandar!

Viva a unidade dos militares em defesa dos actos ínvios de injustiça!

Hoje, mais do que nunca... *nunca desistir!*...

**CPR - ARMADA**  
**Associação Nacional de Sargentos**  
Lisboa, 12 de Fevereiro de 2004